

1                                   **ATA DA 329ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP**  
2                                   **REALIZADA NOS DIAS 16 E 17 DE ABRIL DE 2007**

3  
4   Aos dezesseis e dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, os membros  
5   do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária se reuniram na sala de  
6   reuniões do edifício sede da OAB-Seccional do Estado de Goiás. Estiveram presentes o  
7   2º vice-Presidente, Dr. Maurício Kuehne, os Conselheiros: Carlos Lélío Lauria Ferreira,  
8   Carlos Martins Antico, Carlos Weis, Cassio Castellarin, César Oliveira de Barros Leal,  
9   Edison José Biondi, Eleonora de Souza Luna, Geder Luiz Rocha Gomes, Herbert José  
10   Almeida Carneiro, Mario Julio Pereira da Silva e Pedro Sérgio dos Santos. Justificaram a  
11   ausência os Conselheiros Luís Guilherme Martins e Vetuval Martins Vasconcelos. O 2º  
12   vice-Presidente Maurício Kuehne iniciou os trabalhos anunciando a presença de  
13   destacadas autoridades, convidando para comporem a mesa: o Dr. Miguel Ângelo  
14   Cançado, Presidente da OAB/GO, e o Dr. Licínio Leal Barbosa, ex-Presidente do  
15   CNPCP. O 2º vice-Presidente Maurício Kuehne convidou igualmente para tomarem  
16   assento na mesa o Dr. Edmundo Dias Filho e o Dr. Miguel Ângelo Cançado. A seguir,  
17   solicitou que o Presidente da OAB de Goiás, Dr. Miguel Ângelo Cançado, procedesse à  
18   abertura da reunião. O presidente da OAB agradeceu a presença de todos e destacou  
19   que falar de Segurança Pública é falar de Política Criminal e Penitenciária e que a  
20   Ordem de Advogados do Brasil tem buscado ser uma importante parceira da  
21   Administração Pública e ao mesmo tempo efetiva cobradora do cumprimento do papel  
22   do Estado. Agradeceu a todos e passou a palavra ao Presidente em exercício Dr.  
23   Maurício Kuehne, o qual agradeceu à OAB por sediar a 330ª Reunião do CNPCP, e  
24   delegou ao Conselheiro Mario Julio a tarefa de dirigir a palavra ao Dr. Miguel Ângelo  
25   Cançado e ao Dr. Licínio Leal Barbosa. Este último, em seguida, agradeceu a recepção  
26   da OAB Goiás e enalteceu o trabalho realizado pelo órgão em todos os setores.  
27   Registrou, por igual, o papel que exerceu o Dr. Licínio Leal Barbosa no CNPCP e do  
28   orgulho e respeito que os conselheiros têm por ele. O Presidente em exercício Dr.  
29   Maurício Kuehne passou a palavra ao Dr. Licínio Leal Barbosa, o qual agradeceu a  
30   generosa manifestação e dissertou sobre a Lei 7.210 de 11 de julho de 1984,  
31   assinalando o CNPCP é o mais importantes dos órgãos da execução penal, responsável  
32   pela elaboração das Diretrizes Básicas da Política Criminal e Penitenciária. Entre os  
33   membros que o integraram e o integram destacou o Conselheiro César Barros Leal, a  
34   seu juízo um dos maiores estudiosos da questão penitenciária, da política criminal e da  
35   criminologia, a par de ser o autor da obra “Prisão: Crepúsculo de uma era”. Referiu-se

36 também ao Conselheiro Maurício Kuehne, destacando o quanto colaborou para a  
37 elaboração das Diretrizes Básicas, assim como para a criação da Escola Penitenciária  
38 Nacional. Mencionou também o ex- conselheiro Frederico Guilherme Guarília que  
39 contribuiu para a Resolução que criou a Escola Penitenciária Nacional. O presidente em  
40 exercício agradeceu as colocações do ex- Conselheiro Licínio Leal Barbosa, e teceu  
41 comentários sobre as Diretrizes de Política Criminal e Penitenciária, bem como sobre a  
42 Escola Penitenciária Nacional, deixando claro que há um esforço no sentido de  
43 implantar em todos os estados uma Escola Penitenciária. Aduziu que o Brasil tem 19  
44 Escolas Penitenciárias e a perspectiva é a de que, até o ano de 2007, todas as  
45 unidades federativas possam ter suas escolas. Agradeceu a presença honrosa do Dr.  
46 Licínio Leal Barbosa e consignou que o Estado do Goiás tem sido um referencial no  
47 campo da execução da pena e da reintegração social do apenado. Passou a palavra ao  
48 Secretário de Justiça do Estado Dr. Edmundo Dias, o qual cumprimentou a todos da  
49 mesa e os demais presentes, agradecendo ao Dr. Maurício Kuehne as expressões de  
50 estímulo e elogio. Em seguida, a palavra foi retomada pelo presidente em exercício Dr.  
51 Maurício Kuehne, que submeteu ao crivo dos Conselheiros a Ata da 329ª Reunião  
52 Ordinária, aprovada com as alterações propostas pelo Conselheiro César Oliveira de  
53 Barros Leal. Referiu documento da Associação dos Defensores Públicos do Piauí,  
54 dirigido ao Dr. Vetuval como vice-Presidente do Conselho, pedindo indicação de um dos  
55 membros do CNPCP para proferir uma palestra sobre o tema “O Sistema Carcerário e  
56 os Direitos Humanos”. Por se tratar de uma associação de Defensores Públicos a autora  
57 do expediente, sugeriu-se que o Conselheiro Carlos Weis, Defensor Público e  
58 Corregedor da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, participasse do encontro,  
59 representando o Conselho. Dando continuidade aos trabalhos passou-se à fase das  
60 Comunicações. O presidente em exercício Maurício Kuehne cedeu a palavra ao  
61 Conselheiro Pedro Sérgio, o qual lembrou aos Conselheiros a data-limite para entrega  
62 dos capítulos que irão integrar o livro a ser publicado pela editora Del Rey, em  
63 homenagem ao Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira. Conclamou, então, aos  
64 Conselheiros que fosse feito urgentemente a entrega dos artigos. O Conselheiro Luis  
65 Guilherme pediu, através do Conselheiro Pedro Sérgio, que o Colegiado atentasse  
66 sobre a visita dos advogados ao preso e a limitação que esses estão tendo; destacou o  
67 problema de imagens que são repassadas para as emissoras de tv pela Polícia Federal.  
68 O vice-Presidente em exercício retomou a palavra e comunicou que esteve reunido com  
69 o Dr. Vetuval e a Chefia de Gabinete do Ministro e foram feitas algumas observações  
70 acerca das vagas existentes no CNPCP. O Chefe de Gabinete ficou de agendar uma

71 reunião para que este assunto fosse levado ao Ministro da Justiça. A palavra foi  
72 passada ao Conselheiro Mario Julio, o qual comunicou que, como representante do  
73 Conselho, esteve presente ao lançamento do concurso ‘Escrevendo a liberdade’ em  
74 São Paulo. Falou sobre o concurso que certamente irá movimentar muitos dos que hoje  
75 estão privados de liberdade no Brasil, os quais deverão participar mediante redações,  
76 letras de musica e qualquer tipo de manifestação literária em consonância com o  
77 regulamento do concurso. Com a palavra, o Conselheiro César Barros Leal  
78 cumprimentou o Conselheiro Carlos Lélío Lauria por ter sido aclamado mais uma vez  
79 como Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça,  
80 Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária, e entregou ao Dr. Herbert  
81 Carneiro o certificado que registra a palestra proferida por ele em 29 de março de 2007,  
82 em Fortaleza, sob o titulo “Direitos Humanos e a Prisão” , na 9ª Sessão Anual do Fórum  
83 Permanente de Direitos Humanos Dr. Antônio Augusto Cansado Trindade, promovido  
84 pelo Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, com o apoio do Centro de Estudos e  
85 Treinamento da PGE, da Escola Superior da Magistratura e da FANOR. Em seguida, a  
86 palavra foi transmitida ao Conselheiro Carlos Weis, que prestou uma homenagem à  
87 servidora Luciana Aparecida de Macedo Pires, cumprimentando-a por haver sido  
88 aprovado no exame da OAB. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Lélío se congratulou  
89 com a todos e enfatizou o quanto ficara contente com a permanência do Dr. Maurício  
90 Kuehne na direção do DEPEN. O Presidente em exercício, Dr. Maurício Kuehne,  
91 solicitou que o Conselheiro Geder Rocha e a Conselheira Eleonora de Sousa  
92 apresentassem o relatório da visita de inspeção à Goiânia. A sessão foi interrompida  
93 para o almoço, após o qual os trabalhos recomeçaram com a audiência pública que  
94 contou com a presença das seguintes autoridades: Dr. Paulo Gonçalves, OAB/GO; Dr.  
95 José do Carmo Alves Siqueira, Conselheiro da OAB/GO; José Campos, Presidente em  
96 exercício do CPGO; José Lino de Oliveira, superintendente de Segurança Prisional da  
97 Secretaria de Justiça do Estado; Dra. Flávia Cavalcante de Lima Silva, Diretora do  
98 Presídio Feminino-SEJUS; Dra. Sônia Maria Teixeira, vice-Presidente CEDIG/GO;  
99 Dolores Martins Teixeira Maia, Estudante; Dra. Vilma Rosa I. Mendes, Superintendente  
100 do CIS; Dr. Maccio Goiaz Leite Filho, Diretor-SEJUS; Dr. Oto Glória Filemon,  
101 Superintendente de Direitos Humanos-SEJUS; Dra. Maria das Dores Dolly Soares,  
102 Presidente CEVAM; Dr. Paulo Célio de Souza, Ouvidor Geral de Justiça do Estado; Dr.  
103 João Batista de Oliveira, Superintendente Administrativo da SEJUS; Dr. Guelber  
104 Caetano Chaves, OAB/GO; Dr. Alexandre Prudente Marques, da Comissão de Direitos  
105 Humanos da OAB/GO; Dr. Vitor Hugo Pelles, da CDH/OAB-GO/CCEP/GO; Dr. Edson

106 Tadashi Sumida, Chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria de Justiça do Estado de  
107 Goiás; Dra. Sandra A. Amós, Chefe da Assessoria Técnica da Secretaria de Justiça do  
108 Estado de Goiás; Dra. Anthya Il Carvalho Zortéa, Superintendente de Reintegração  
109 Social-SEJUR/GO; Dra. Érika Gomes Veloso, Supervisora da Superintendência de  
110 Reintegração Social da SEJUS; Dr. Hugo César Fraga Preto, Chefe de Gabinete-  
111 SEJUS/GO; Dr. Hemerson Gomes de Meneses, Membro da Secretaria do Estado e  
112 Justiça/GO; Euripedes Martins Pinheiro, Membro da Secretaria de Estado e Justiça/GO;  
113 Dr. Getúlio Fernandes Bumm, da Secretaria de Estado e Justiça/GO; Maria das Graças,  
114 Gerente Administrativo Judicial; Dr. Humberto Lopes Cursino, Membro do Conselho da  
115 Comunidade/GO; Glória Madureira de Faria, da Pastoral Carcerária; Irmã Gesille de  
116 Paula, da Pastoral Carcerária; Dr. Geyson Alves Borba, da Secretaria de Estado e  
117 Justiça/GO; Dra. Deborah Cristina Neves Cordeiro, da Secretaria de Estado e  
118 Justiça/GO; Sd. Gillian Marques de Oliveira, Guarda Municipal de Goiânia/GO; Maíra  
119 Gabriel Heinen, da Oficina de Comunicação; Dr. Márcio Augusto de Andrade Pereira, da  
120 Federação Nacional dos Delegados da Polícia Federal; Teresinha de Jesus Macedo  
121 Motta; Membro do Conselho Penitenciário do Estado; Dr. João Bezerra Camforte,  
122 Diretor Tesoureiro OAB/GO; Dr. Gilberto Batista Naves, Presidente da Comissão  
123 Estadual Const. OAB/GO; Wanessa R. Vieira, Jornal Diário da Manhã; Nilva Ferreira  
124 Ribeiro, SEE/estudante; Dr. Cleomar Rizzo O. Filho, Conselheiro OAB/GO; Dra. Alice de  
125 Almeida Barcelos, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional Criminal, Promotora  
126 de Justiça e Membro do Conselho Penitenciário do Estado/GO; Dra. Maria Risselma  
127 Torres de Arruda, Membro do Conselho Penitenciário do Estado/GO; Major Anésio  
128 Barbosa da Cruz Júnior, Diretor da POG; Edgar R. dos Santos, Reeducando da POG;  
129 Wagner da Silva Lima, Reeducando da POG; Dorivaldo Braz de Oliveira, Reeducando  
130 da POG; Eslaine Oliveira de Melo, Secretária Executiva do Conselho Penitenciário do  
131 Estado de Goiás; Ten. Cel. João Luís Alves de Lima, Diretor do Presídio Militar da  
132 Polícia Militar de Goiás; Claicy Clemente do Nascimento, Reeducanda do Presídio  
133 Feminino de Goiás (Cis); Nelma Paula de Lima, Supervisora de Segurança do Presídio  
134 Feminino; Dr. Roberto Rodrigues, Membro do Conselho Penitenciário do Estado de  
135 Goiás e Conselheiro da OAB/GO e Carmem Silva Mendonça, Membro do Conselho  
136 Penitenciário do Estado de Goiás. Para comporem a mesa o Presidente Dr. Maurício  
137 Kuehne convidou o Dr. Edemundo Dias, Secretário Estadual de Justiça de Goiás; o Dr.  
138 Haroldo Caetano, Procurador Geral do Ministério Público de Goiás; o Dr. Luiz A.  
139 Philippsen, Superintendente da Polícia Federal de Goiás; o Dr. Marconi Pimenteira,  
140 Procurador Geral do Município de Goiânia/GO; a Irmã Petra S. Pfullear, representando a

141 Pastoral Carcerária; além dos Conselheiros Geder Luiz Rocha Gomes e Eleonora de  
142 Souza Luna, relatores da Visita de Inspeção realizada no Estado, e o Dr. Miguel Ângelo  
143 Cançado, Presidente da OAB/GO. O Relatório da visita de inspeção efetuada em  
144 Goiânia pelos Conselheiros Geder Luiz Rocha Gomes e Eleonora de Souza Luna, e  
145 pela Ouvidora do Depen/MJ, Dra Carla Polaine, Thiago Machado (Coordenador da  
146 Ouvidoria) e Nathalli Vellasco (Técnica da Ouvidoria), foi apresentado pela Conselheira  
147 Eleonara Linhares e pelo Conselheiro Geder Rocha. Após sua apresentação, o  
148 Presidente em exercício recebeu alguns detentos do regime fechado que ali  
149 representavam os internos das penitenciárias do Estado do Goiás, para relatarem as  
150 dificuldades enfrentadas nas penitenciárias do Estado, máxime pela falta de Assistência  
151 Jurídica. Em seguida, o Conselheiro Pedro Sérgio pediu a palavra e falou sobre a  
152 constatação do Conselho de que no Estado do Goiás a média de presos vem a ser o  
153 dobro dos outros Estados. Aduziu que na Vara de Execuções Penais há apenas um juiz,  
154 e que este responde também por uma comarca do interior. Fez ver que a maioria das  
155 varas cíveis do Estado Goiás possui dois Juizes trabalhando, um no período da manhã  
156 e outro no período da tarde. O Presidente em exercício Dr. Maurício Kuehne concedeu a  
157 palavra ao Secretário de Justiça, Dr. Edmundo Dias Filho, o qual começou falando sobre  
158 o relatório lido pelos conselheiros, assinalando que a CPP de Luziânia e a cadeia de  
159 Águas Lindas do Goiás fazem parte de um cinturão de problemas integrado às regiões  
160 do entorno do DF. Mais: que Águas Lindas de Goiás está em uma fase de transição,  
161 com o sistema prisional sendo absolvido pela Secretária da Justiça. Disse que  
162 reconhece os problemas que foram apontados e que não existe nenhuma justificativa  
163 válida, pois mesmo diante das dificuldades encontradas a situação nestas duas  
164 delegacias deveria estar bem melhor. Falou também que o governo aprovou uma lei  
165 criando a Defensoria Pública no Estado, mas que esta até agora não foi instalada por  
166 força de uma série de dificuldades e pediu que os questionamentos feitos pelo Conselho  
167 fossem encaminhados ao Governo de Goiás, a quem caberá tomar as decisões políticas  
168 e institucionais que lhe aprover. Assinalou que se impõe apoiar o funcionamento, o  
169 mais rápido possível, da Defensoria Pública. Falou que em 2006 foi pedido um  
170 orçamento de 37 milhões e aprovado um orçamento de apenas 18 milhões anual e para  
171 o ano de 2007 foi pedido um orçamento de 78 milhões e aprovado um orçamento de 32  
172 milhões. Destacou que estão construindo uma Política Penitenciária para o Estado que  
173 não existia e a Secretaria da Justiça é um órgão recém criado. Disse que o manicômio  
174 judiciário ainda não se criou, mas foi assinado um convênio entre a Secretaria de  
175 Saúde, a Secretária da Justiça, a Secretária de Saúde Municipal, o Tribunal de Justiça e

176 o Ministério Público, sendo que, a partir deste convênio, todo cidadão que for  
177 sentenciado a uma medida de segurança não irá para o Sistema Prisional e sim para a  
178 Rede de Saúde Pública. Com respeito à questão da Tuberculose, o Secretário de  
179 Justiça do Estado informou que no Complexo Penitenciário de Aparecida de Goiânia há  
180 06 reeducados em tratamento, 06 em fase final de tratamento aguardando alta, 10  
181 fazendo exames de laboratório. Quanto ao HIV existem 02 casos que têm o  
182 acompanhamento do Hospital de Doenças Tropicais e da rede estadual de saúde. Sobre  
183 o Patronato, informou que há apenas um instalado na Cidade de São Luis de Montes  
184 Belos, estando sendo instalado o primeiro patronato de Goiânia. O Presidente em  
185 exercício passou a palavra ao presidente da OAB Goiás, que relatou a gravidade do  
186 problema da Vara de Execuções Penais em Goiás e disse que esta tem sido uma das  
187 questões mais freqüentemente levadas ao Poder Judiciário do Estado do Goiás. Disse  
188 que o atendimento aos advogados é precário e que a deficiência de pessoal, nesta área,  
189 é demasiado grande. No dia seguinte, o 2º vice-Presidente, Dr. Maurício Kuehne, teve  
190 que se ausentar por compromissos agendados com o Senhor Ministro da Justiça, Dr.  
191 Tarso Genro. No dia anterior, ao final da Audiência Pública ficou designado o  
192 Conselheiro Mario Julio Pereira da Silva para presidir a sessão do dia 17/04. Dando  
193 início aos trabalhos, o Presidente em exercício, Dr. Mario Julio, anunciou que quatro  
194 processos estavam em pauta para apreciação a título de urgência. Priorizando estes  
195 processos passou-se à sua apreciação: **1)** Processo MJ/CNPCP n.º  
196 08037.000004/2006-86. Assunto: Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. Ofício  
197 079060052439-000-010, de 04/12/2006. Encaminha liminar deferida nos autos do  
198 processo 079.06.005243-9. Despacho do Conselheiro Carlos Weis: pela conversão em  
199 diligência e posterior restituição ao Relator para exarar parecer conclusivo. **2)** Processo  
200 MJ/CNPCP n.º 08037.000077/2006-78. Assunto: Memorando 478, de 23/05/2006,  
201 encaminha relatório sobre o sistema prisional de Alagoas. Despacho do Conselheiro  
202 Carlos Weis: para que os autos fiquem arquivados na Secretaria do CNPCP a fim de  
203 subsidiar a visita de Inspeção a ser agendada. **3)** Processo CNPCP/MJ nº  
204 08037.000102/2006-13. Assunto: Informações sobre o Sistema Prisional do Estado de  
205 Alagoas, para subsidiar a visita de Inspeção a ser realizada pelos Conselheiros  
206 indicados na Resolução nº 03/2006. Despacho do Conselheiro Carlos Weis: que sejam  
207 os autos custodiados pela Secretaria do CNPCP para subsidiar a visita de Inspeção a  
208 ser agendada. **04)** Processo MJ/CNPCP nº 08037.000054/2005-82. Ofício 1752/2005.  
209 Pedido de perdão de pena e tratamento médico para presidiária portadora de HIV  
210 recolhida no Carandiru, Pavilhão II – São Paulo/SP. Despacho do Conselheiro Carlos

211 Weis: pelo arquivamento dos autos, uma vez que já encaminhou a matéria à Defensoria  
212 Pública do Estado de São Paulo para as providências cabíveis, conforme o parecer do  
213 Conselheiro relator Vetuval Martins Vasconcelos. **05)** Processo CNPCP/MJ n.º  
214 08037.000117/2006-81. Assunto: Ofício 134/06, de 04/09/2006, do Conselho  
215 Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul encaminha o Relatório de visita de  
216 inspeção realizado na Penitenciária Estadual de Camaquã. Despacho do Conselheiro  
217 Carlos Weis: seja arquivado na Secretaria do CNPCP com vistas a subsidiar visita de  
218 inspeção a ser agendada. **06)** Processo MJ/DEPEN n.º 08016.006933/2006-47.  
219 Assunto: Of. 187/06, encaminha cópia do relatório de visita de inspeção efetuada pelos  
220 Conselheiros Nilton Ribeiro Caldas, Eloíza Pitrez Fontana e Maria da Silveira Marques,  
221 membros do Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul. Despacho do  
222 Conselheiro Carlos Weis: pelo arquivamento dos autos, uma vez que este já está  
223 autuado no processo 08016.007528/2006-46, com maior abrangência da matéria. **07)**  
224 Processo MJ/DEPEN n.º 08016.007528/2006-46. Assunto: Memo 1316/2006, de  
225 19/12/2006, encaminha cópia do Relatório de visita de inspeção à Casa Albergue  
226 Feminino no Estado do Rio de Janeiro, por membros do Conselho Penitenciário do  
227 Estado. Despacho do Conselheiro Carlos Weis: pelo arquivamento dos autos na  
228 Secretaria do CNPCP com o fim de subsidiar a visita de inspeção a ser agendada pela  
229 Comissão. **08)** Processo MJ/DEPEN n.º 08016.006817/2006-28. Assunto: Denúncia da  
230 Comissão Teotônio Vilela no Sistema Prisional do Estado de Rondônia. Despacho do  
231 Conselheiro Edison José Biondi: para que seja devolvido a OSPEN/DEPEN/MJ, após  
232 juntada do Relatório apresentado em São Paulo. **09)** Processo MJ/GM n.º  
233 08001.000262/2007-51. Assunto: PLS 75/2007 – Senador GERSON CAMATA. Altera a  
234 Lei nº 7210, de 11/07/1984, para prever o exame criminológico com vistas à progressão  
235 de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena, quando se tratar do  
236 preso condenado por crime praticado com violência ou grave ameaça à pessoa. Parecer  
237 da Conselheira Eleonora de Souza Luna: pela aprovação do PL, com sugestões de  
238 alterações. Aprovado pela maioria dos membros do Conselho, com a manifestação dos  
239 Conselheiros Carlos Weis e Herbert José Almeida Carneiro. **10)** Processo MJ/GM n.º  
240 08001.001184/2007-10. Assunto: trata do encaminhamento da cópia do ofício 1ª sex/ri/e  
241 nº 20, de 15/01/2007, acompanhada da indicação nº 9.925, de 2006, de autoria da  
242 Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas  
243 de tráfico de armas, solicitando que seja prestada informações à casa civil. Parecer da  
244 Conselheira Eleonora de Souza Luna: pela elaboração de um projeto de Lei, pelo MJ, a  
245 ser enviado ao Congresso Nacional tornando o sistema de informação integralizado na

246 forma da lei. Aprovado à unanimidade. **11)** Processo MJ/GM n.º 08001.000702/2006-99.  
247 Assunto: PLS n.º 140/2006. Senador ÁLVARO DIAS. Altera a Lei n.º 9807, de  
248 13/07/1999, para estender o benefício da redução de pena aos condenados presos que  
249 colaborarem com qualquer investigação policial ou processo criminal. Parecer do  
250 Conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes: pela aprovação parcial do PL, conforme  
251 proposto no substitutivo com as ressalvas apresentadas. Aprovado, à unanimidade.  
252 Concluído o exame dos pareceres, o 2º vice-Presidente Maurício Kuehne encerrou os  
253 trabalhos, agradecendo a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata,  
254 redigida por mim, Jussara Isaac Ribeiro.

255  
256  
257  
258  
259  
260  
261

**VETUVAL MARTINS VASCONCELOS**

1º Vice-Presidente do CNPCP

**Publicada no DOU nº 102, de 29/05/07 – Seção 1, p. 22.**